

Notícias Sindicais, 16/05/14

Agência Brasil, 15/05/14 (Plantão)

Professores estaduais e municipais do Rio decidem manter greve

Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil Edição: Denise Griesinger

Cerca de 3 mil professores aprovaram hoje (15), por unanimidade, a continuidade da greve no estado e no município do Rio de Janeiro. A paralisação começou na última segunda-feira (12), em protesto por reajuste salarial de 20%, redução da jornada semanal de trabalho dos funcionários administrativos para 30 horas e reserva de um terço da carga horária para preparar aula.

Os profissionais estão reunidos no Clube Militar, na Tijuca, onde escolhem, neste momento, uma comissão para negociar com o Poder Público. "Ainda não fomos recebidos pelos governos. Queremos negociar", disse Marta Moraes, diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ).

A expectativa é que os professores participem ainda na tarde de hoje, de uma manifestação na Central do Brasil e na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade. Lá estarão grupos que protestam contra gastos públicos e violação de direitos humanos para a realização da Copa do Mundo no Brasil.

De acordo com os professores, cerca de 27 mil (30% do total) estão parados em todo o estado. O número é cem vezes maior do que o confirmado pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, que até ontem (15) informava que apenas 0,3% da categoria ou 269 profissionais estão em greve.

Ontem (14), as secretarias municipais e estaduais anunciaram corte de ponto dos grevistas, depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux ter suspendido, na terça-feira, o acordo que encerrou a greve da categoria em 2013. A decisão foi tomada depois de reunião com a prefeitura e o governo do estado.

A categoria alega que foi convidada de última hora para a reunião em Brasília e, portanto, não teve como consultar os colegas para se posicionar sobre o encontro com o ministro. "Fomos notificados na véspera e a reunião foi às 10h", disse a diretora do Sepe, Wíria Alcântara. "Além disso, a audiência em Brasília só faria sentido se houvesse esgotado a etapa de negociação, que sequer tivemos", completou.

Portal da CUT

CUT-MG: Educadores e educadoras realizam assembleia com paralisação das atividades e indicativo greve

15/05/2014

Categoria luta pelo Piso Salarial Profissional Nacional, descongelamento de carreira e discussão da situação dos efetivados pela Lei 100/2007

Escrito por: Sind-UTE/MG

Educadores e educadoras vão debater nesta quinta-feira (15) estratégias para o calendário de luta da Campanha Salarial 2014. Este é o assunto da assembleia estadual da categoria, que começa às 14 horas no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com paralisação total das atividades e indicativo de greve.

A pauta de reivindicações dos educadores foi protocolada pelo Sind-UTE/MG no dia 31 janeiro de 2014 e, desde então, os trabalhadores em educação de Minas Gerais permanecem em mobilização permanente, cobrando a abertura das negociações com o Governo do Estado. Até o momento, a Secretaria de Educação não realizou nenhuma reunião com o Sindicato.

No período foram realizadas duas assembleias estaduais, em 26 de fevereiro e 24 de abril, com paralisação das atividades. Também teve participação intensa dos educadores de todas as regiões do Estado nos três dias de Greve Nacional da Educação, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 17, 18 e 19 de março.

Reivindicações

Os trabalhadores em educação lutam pelo pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional, uma vez que aqui paga-se subsídio e não o Piso Nacional, e sequer os reajustes do Piso Salarial dos últimos anos foram aplicados em Minas Gerais. Outra demanda importante é o descongelamento da carreira que, desde novembro de 2011 está paralisada sem a valorização da formação do educador.

Por sua vez, a progressão que voltou a ser concedida após a luta da categoria em 2013, ainda não está sendo paga. Questões pedagógicas importantes também mobilizam a categoria e a comunidade escolar como o retorno dos professores das disciplinas de Educação Física e Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental, autonomia das escolas, os problemas decorrentes com o Reinventando o Ensino Médio. Além disso, o direito de férias-prêmio foi suspenso no início de 2014.

O Sind-UTE/MG cobra, também, do governo do Estado, uma agenda de reuniões para discussão da situação dos efetivados, designados e concursados, afetados pela Lei Complementar 100/2007, bem como a questão do concurso público, a situação de quem está em ajustamento funcional e previdência, entre outras questões que permanecem pendentes de respostas.

A presidenta da CUT/MG e coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, entende que o movimento é uma estratégia de pressão para que o governo receba os representantes da categoria e abra, com urgência, as negociações. "O governo já informou que não haverá reajuste neste ano. A progressão na carreira, que conquistamos em 2013, não foi paga até agora e não há previsão de data. O governo corta os direitos e se omite nas justificativas. Exigimos respeito."

Portal da CUT

Rede de lojas é condenada em dano moral coletivo por exigir jornadas exaustivas

15/05/2014

C&A terá de pagar R\$ 100 mil de indenização por descumprir normas trabalhistas e reduzir empregados a condição análoga à de escravidão em Goiás

Escrito por: TST

A C&A Modas foi condenada a pagar R\$ 100 mil de indenização por descumprir uma série de normas trabalhistas, situação que, segundo o Ministério Público do Trabalho, reduziu seus empregados a condição análoga à de escravo em suas unidades em shoppings em Goiás. Agravo interposto pela empresa na tentativa de reverter a condenação foi negado na última quarta-feira (7) pela Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ficando mantida a punição. A decisão foi unânime.

Trabalho escravo

A Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) constatou infrações praticadas nas unidades da rede nos shoppings Goiânia e Flamboyant, na capital goiana, e Buriti, em Aparecida de Goiânia. Entre outras irregularidades, a C&A obrigava o trabalho em feriados sem autorização em convenção coletiva, não homologava rescisões no sindicato dos trabalhadores, não concedia intervalo de 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassava quatro horas, impedia o intervalo para repouso e alimentação em situações diversas, prorrogava a jornada de trabalho além do limite legal de duas horas diárias e não pagava horas extras no mês seguinte à prestação de serviços.

Por entender que havia um dano social e moral a ser reparado e que a empresa "reduziu seus empregados à condição análoga à de escravo", tendo em vista que lhes impôs jornadas exaustivas, o MPT ajuizou ação civil pública. Requereu o pagamento de indenização de R\$ 500 mil a ser revertida para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e que a empresa cumprisse uma série de obrigações de fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador prejudicado.

Na contestação, a C&A sustentou que não violou direitos e que, sempre que havia necessidade de trabalho além da jornada, pagava as horas extras, todas computadas nos registros de frequência dos empregados. Acrescentou que a não homologação de rescisões não é prática usual da empresa, que as folgas estavam dentro do estabelecido no artigo 67 da CLT e que, em momento algum, impôs dano à coletividade.

Ao julgar o caso, a 6ª Vara do Trabalho de Goiânia deu procedência parcial ao pedido referente às obrigações de fazer, impondo multa de R\$ 5 mil por empregado, em caso de descumprimento. Condenou a empresa a cumprir as seguintes obrigações: homologar as rescisões no sindicato; abster-se de prorrogar, sem justificativa, a jornada de trabalho além do limite de duas horas diárias; pagar as horas extras no mês subsequente ao da prestação e conceder intervalo para repouso e alimentação, entre outras.

Recursos

Tanto a empresa quanto o MPT recorreram. O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região deu provimento ao recurso do MPT para condenar a C&A a arcar com indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ R\$ 100 mil por entender que, desde 2009, a empresa descumpria de forma contumaz normas de ordem pública, violando a dignidade da pessoa humana enquanto trabalhador.

A C&A agravou da decisão, mas a Quarta Turma do TST negou provimento ao recurso. No entendimento da Turma, o Regional apreciou bem o conjunto fático-probatório e sua decisão está em sintonia com as normas constitucionais. Para julgar de outra forma, disse o relator, ministro Fernando Eizo Ono, a Turma teria que reexaminar a extensão do dano e o grau de culpa, o que é vedado ao TST com base na Súmula 126 do Tribunal.

Portal da CUT

Trabalho escravo: pela primeira vez, maior número de resgatados vem de áreas urbanas

15/05/2014

Foram mais de 2 mil trabalhadores atingidos por ações de fiscalização, com destaque para a construção civil, com 849. Agricultura, com 342 casos, e pecuária, com 276, vêm a seguir
Escrito por: Rede Brasil Atual

O número de trabalhadores encontrados em situação análoga à de escravidão em 2013 foi maior, pela primeira vez, no setor urbano em relação ao rural. De um total de 2.063 resgatados em ações de fiscalização (ante 2.750 no ano anterior), 1.068 estavam em áreas urbanas, de acordo com dados divulgados nesta quarta (14) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre as atividades, a construção civil, com 849 casos, superou setores em que a incidência costuma ser maior, casos da agricultura (342) e da pecuária (276).

Segundo a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, das cinco ações que encontraram o maior número de trabalhadores em condições análogas às de escravo, quatro foram no meio urbano. A maior quantidade se concentrou em uma fiscalização no setor da construção civil em Conceição do Mato Dentro (MG), onde foram encontrados 173 trabalhadores. Eles haviam sido contratados por uma empresa prestadora de serviços para uma mineradora, e 100 eram haitianos.

O segundo caso ocorreu em Guarulhos, na Grande São Paulo: 111 operários também na construção – o episódio ocorreu em setembro do ano passado, em obras da OAS, de ampliação do aeroporto de Cumbica. Na ocasião, a OAS disse que os trabalhadores não eram contratados da construtora. A fiscalização apurou que eles foram aliciados em quatro estados do Nordeste. No grupo, havia índios de uma tribo em Pernambuco.

No município do Rio de Janeiro, uma ação fiscal resgatou 93 trabalhadores no ramo de alimentação. Eles atuaram como ambulantes durante o Rock in Rio, festival realizado em setembro. Na ocasião, a rede Bob's foi responsabilizada, mas negou que se tratasse de uma situação de trabalho escravo.

Entre os estados, Minas Gerais teve 446 trabalhadores resgatados em 20 ações de fiscalização. São Paulo teve 419, em 19 fiscalizações. O Pará teve a maior incidência de ações (68), com 141 resgatados. Em seguida, vieram Bahia (135 em 17 ações) e Goiás (133 em 25 fiscalizações). De acordo com o MTE, foram feitas 179 operações em todo o país, atingindo 300 empregadores.

Em São Paulo, 256 resgatados eram do setor de construção e 104, da indústria de confecção.

Portal da CTB

Deputados adiam mais uma vez a votação do Plano de Educação

Sem o quórum mínimo necessário para a análise das emendas do Senado ao Plano Nacional de Educação (PNE), o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), adiou mais uma vez a votação do PNE nesta quarta-feira (14). A previsão agora é de que o plano vá para o plenário na semana que vem. Após apreciação do plenário, a matéria seguirá para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

A principal polêmica está na questão dos investimentos serem destinados exclusivamente à educação pública como querem os educadores. "O maior problema nas alterações efetuadas no texto original do PNE consiste na obrigação de o Estado investir 10% do PIB na educação pública e o relator da Câmara abriu a possibilidade de utilização desses recursos pra financiar a educação infantil em creches conveniadas, a educação especial, Fies e os programas Ciência sem Fronteiras, Pronatec e ProUni", reclama Marilene Betros, dirigente nacional da CTB.

Tanto que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou nesta quarta-feira mesmo a campanha [#vetadilma](#) a possibilidade de os 10% do PIB serem desviados para qualquer projeto que não seja da educação pública, como consta no o PNE.

Os deputados já aprovaram, na comissão especial, o relatório do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) para o projeto, que teve origem no Poder Executivo.

De Brasília, Daiana Lima – Portal CTB

Portal da CTB

CTB homenageia sindicalistas vítimas da ditadura

Para relembrar as novas gerações das atrocidades cometidas pela ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964, a CTB promoveu nesta quarta-feira (14) emocionante ato em homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras vítimas do regime militar. Com apoio da Fundação Maurício Grabois e do grupo de trabalho "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical" da Comissão Nacional da Verdade que apura os crimes cometidos durante o período.

A emoção tomou conta do Centro Cultural São Paulo quando todos cantaram o *Hino Nacional* brasileiro. Muito bonito de ver dezenas de pessoas reverenciando a luta de trabalhadores e trabalhadoras, muitos já de cabelos brancos, mas com um brilho nos olhos jovial com a certeza de

ter feito história, aliás, pelo que se viu, continuam construindo a bela história da luta dos trabalhadores da cidade e do campo.

Como disse Adilson Araújo, presidente da CTB, "de Ana Martins a Zezinho do Araguaia, a CTB presta esta homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras que com sua abnegação propiciaram a chance de estarmos respirando liberdade por quase 30 anos". A homenagem se estendeu a muitos sindicalistas mortos em combate, nos porões da ditadura ou assassinados por pistoleiros a mando de latifundiários. Por isso, impossível nominar todos esses heróis do povo brasileiro, mas a citação do líder sindical rural Expedito Ribeiro de Souza, "cabra marcado para morrer", assassinado em 1991 e aos guerrilheiros do Araguaia covardemente assassinados por uma força de repressão descomunal.

A mestre de cerimônia do ato, Renata Mielle, leu texto contando a história recente dessa resistência e a cantora Railídia Carvalho, acompanhada pelos músicos Paulo Godoy e Ed Encarnação, interpretou repertório intrinsecamente ligado ao momento de resistência porque trabalhadores, estudantes, intelectuais e artistas se uniram pelo projeto comum de restabelecer a ordem democrática no país.

Mas isso não aconteceu sem forte repressão, onde muitos foram presos, torturados, banidos e até assassinados. Dessa forma o ato da CTB marca uma nova postura do sindicalismo brasileiro em avançar nas principais questões que mexem com a vida da classe trabalhadora. Para o operário paulista Aurélio Perez o assassinato de Santo Dias, em 1979, marcou o começo do fim da ditadura.

Mas como "a história é um carro alegre, que atropela indiferente todo aquele que a negue" (Chico Buarque/Pablo Milanés), a CTB não perde o bonde da história e no discurso de encerramento do ato, Adilson Araújo ressaltou a importância de a classe trabalhadora lutar pelas reformas necessárias para o aprimoramento da democracia brasileira. A reforma política que proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a reforma agrária para restituir a paz no campo, a urbana para garantir vida digna aos mais pobres, a reforma tributária que tire o peso das costas dos trabalhadores do custo do sistema financeiro improdutivo da economia e a campanha pela criação de uma lei de mídia que acabe com o monopólio do pensamento único dos barões da mídia que criminalizam os movimentos sociais e o sindical.

Mas o ato da CTB não teve tom de reverência cega ao passado. Porque uns prendem-se em excesso ao que passou e esquecem-se de viver o presente. Outros se ligam somente no momento e não estudam a história para compreender a vida e seguir em frente. Já a CTB no meio desses dois polos aprofunda com este ato o conhecimento da história, firmando pé no presente com olhos no futuro. Com "a certeza na frente e a história na mão", como disse Geraldo Vandré em 1968, ano da greve dos metalúrgicos de Osasco (SP) e Contagem (MG).

Grande a emoção de ver tanta gente de cabelos brancos emocionar-se ao cantar *A Internacional* de braço levantado e punho cerrado, com certeza do dever cumprido, mas com sabedoria de que ainda há muito a se fazer: a perseverança para a construção da sociedade da classe trabalhadora, a sociedade socialista com as cores do Brasil.

Marcos Aurélio Ruy – Portal CTB

Portal da UGT

Condutores recusam proposta do patronal e aprovam Plano de Luta

15/05/2014

Na noite desta quarta-feira (14) milhares de trabalhadores (as) compareceram na Assembleia Geral do Sindicato dos Motoristas de São Paulo, realizada no Ginásio da Portuguesa, para decidir o rumo da Campanha Salarial 2014.

A diretoria já tinha certeza de que a categoria também não aceitaria a proposta ridícula apresentada pelo patronal, e por unanimidade foi recusado o reajuste de 5,2 %, R\$ 0,20 de aumento no ticket (de R\$ 15,30 para R\$ 15,50), um PLR de R\$ 600,00 e nenhum outro avanço nos direitos e condições de trabalho.

O descaso do patronal e, principalmente, do prefeito Fernando Haddad, que nem se quer recebeu a pauta de reivindicações, revoltou toda a diretoria e a categoria. "Agora eles irão ver que com os direitos dos trabalhadores não se brinca", afirmou o presidente Valdevan Noventa.

Então, preocupado com as possíveis ações que serão realizadas pelo Sindicato, o prefeito resolveu, somente agora, chamar os representantes da entidade para uma reunião, que acontecerá amanhã a tarde. O mesmo foi feito pelo Ministério Público do Trabalho.

Independente disso, foi apresentado aos trabalhadores um Plano de Luta, e que pela total confiança que demonstram da direção do Sindicato, foi aprovado também por unanimidade:

Segunda-feira (19/05): está programada uma manifestação da categoria, que partirá do Sindicato até a prefeitura.

Terça-feira (20/05): Assembleia da categoria no Ginásio da Portuguesa.

Quarta-feira (21/05): Paralisação geral da categoria.

"Não iremos mais aceitar ser humilhados e desrespeitados. Vamos buscar o que nos é de direito, resgatar nossa dignidade. Vamos mostrar a força, organização e mobilização dessa categoria", falou Noventa.

O apoio para essa luta está vindo de todos os lados. Estiveram presentes representantes de diversos sindicatos como dos Padeiros, Sindficot, Sindlog, Cargas, Metroviários, Rodoviários de SP, Guarulhos, Osasco, entre outros.

Além disso, os trabalhadores contam com o deputado Major Olímpio e com o vereador Nelo Rodolfo que já se colocaram à disposição para ajudar no que for preciso e desde o início estão acompanhando de perto todo o processo da Campanha Salarial.

Por Ana Paula Sarilio - 14/05/2014

Portal da UGT

Ferrovários rejeitam proposta da CPTM e mantém estado de greve

14/05/2014

Trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), decidiram, em assembleia realizada na tarde desta quarta-feira (14), na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo (Ferroviários-SP), manter o estado de greve.

A greve que iniciaria a meia noite desta quinta-feira foi suspensa até que nova negociação entre a empresa e os trabalhadores aconteça na tarde da próxima segunda-feira (19). Caso não haja acordo, a paralisação terá início a partir de terça-feira.

Os ferroviários reivindicam reajuste salarial de 15%, reposição da inflação no período de março de 2013 a fevereiro de 2014, renovação do acordo PPR (Programa de Participação dos Resultados), correção do tíquete refeição para 24 cotas de 30 reais e vale alimentação no mesmo valor praticado pelo Metrô, que é de R\$ 248,69.

A CPTM, que inicialmente havia oferecido apenas 3,92%, melhorou sua proposta para 7% de reajuste e outros benefícios que não suprimam as necessidades da categoria que rejeitou.

Portal Mundo Sindical

TV Senado demite 40% dos funcionários terceirizados. Sindicato repudia os cortes

O sindicato dos jornalistas do Distrito Federal (SJPDF) divulgou nesta terça-feira (13/5) uma nota de repúdio ao corte de funcionários promovido pela TV Senado, que chegou a demitir cerca de 40% de seus 213 trabalhadores terceirizados.

À IMPRENSA, a emissora confirmou o corte, mas não explicou os motivos para a ação. O canal alega que seus diretores estão reunidos com os senadores para discutir e reavaliar a decisão. No entanto, até o momento, as demissões estão mantidas.

"A diretoria do SJPDF repudia a atitude de desrespeito aos trabalhadores da emissora e a forma como a decisão foi tomada pela direção dessa casa do Legislativo, ainda por cima sem consulta às entidades sindicais dado o número de cortes", diz a nota. O sindicato afirma também que pretende tomar medidas legais "para que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados".

Em março, uma reportagem da Folha de S.Paulo apurou que funcionários da TV Senado relatavam abandono de instalações e más condições de trabalho, com equipamentos sucateados e problemas estruturais.

Fonte: Lucas Carvalho/Portal Imprensa - 15/05/2014

Portal Mundo Sindical

Servidores da Prefeitura de Belo Horizonte mantêm greve, diz sindicato

Servidores públicos de Belo Horizonte decidiram, nesta quarta-feira (14), manter a greve que começou há nove dias. Os trabalhadores se reuniram em assembleia na Praça da Estação, no Centro, onde votaram a nova proposta apresentada pela Prefeitura, que foi rejeitada.

De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), os funcionários reivindicam reajuste de 15%. Segundo a Secretaria Municipal Planejamento, Orçamento e Informação, nesta quarta, a administração municipal ofereceu aos trabalhadores, a partir de setembro, reajuste de 5,56% e acréscimo de 5,88% no vale refeição. Na proposta anterior, os índices eram os mesmos, mas o salário e o benefício seriam reajustados a partir de outubro. Ainda conforme informou a secretaria, prefeitura também se comprometeu a iniciar a regularização do pagamento das férias premium.

De acordo com o sindicato, mais de 2 mil pessoas participaram da assembleia e, em seguida, saíram em passeata em direção à prefeitura. A Polícia Militar (PM) informou que cerca de 600 pessoas estavam na manifestação por volta das 17h.

A greve atinge serviços em diversas áreas, como educação e saúde. Além disso, o BH Resolve, que uma central de atendimento integrado, está fechado. Uma nova assembleia deve ser realizada no dia 20 de maio.

Fonte: G1 - 15/05/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato paralisa empresa de Itapecerica, após reclamações dos funcionários

O sindicato dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêutica de Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba, realizaram uma paralisação na manhã da última segunda-feira, 12, em advertência a empresa Diadema Agro, devido ao alto índice de reclamações dos funcionários. Um dos trabalhadores desta empresa, que é localizada em Itapecerica, veio a óbito no dia 10 de maio e o sindicato está investigando se o motivo da morte tem relação com o trabalho realizado.

Segundo José Roberto da Silva, presidente da entidade sindical, a paralisação foi realizada devido a reclamação de trabalhadores que efetuam uma carga excessiva de trabalho e principalmente o perigo para o bem estar e saúde dos funcionários.

"O processo fabril desta empresa envolve produtos altamente tóxicos, com o agravante que ela não fornece treinamento adequado para o manuseio destes produtos, equipamento de proteção individual (EPI) que deveria ter sua troca diária, por ser descartável usado por vários dias, enfim, os trabalhadores não têm conhecimento daquilo que estão manuseando", afirmou nota do sindicato.

O sindicato afirmou ainda que os funcionários sofrem, nos primeiros dias de trabalho, com problemas de saúde, que incluem: expelir sangue pelo nariz, ter manchas e até ferida pelo corpo, dificuldades em fazer necessidades fisiológicas, perda parcial da visão, entre outros.

"Essa situação vem se arrastando por um bom período, inclusive já tivemos uma Mesa Redonda com representantes desta empresa, mediada pelo Ministério do trabalho e Empresa, na tentativa de solucionar este problema. Na época a empresa apresentou um laudo técnico onde dizia que não havia nenhuma possibilidade de insalubridade no setor fabril e que era fornecido EPIs, capazes de neutralizar qualquer possibilidade de contaminação dos trabalhadores", disse José Roberto da Silva.

Ainda de acordo com o Sindicato, existe uma investigação sobre a possível contaminação de um funcionário da empresa Diadema, que veio a óbito neste fim de semana, 10 de maio. O órgão de fiscalização no ambiente de trabalho foi acionado e ações relacionadas ao pagamento de adicional de insalubridade serão realizados.

Fonte: Ane Greice Passos/Jornal na Net - 15/05/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicatos de policiais prometem paralisação nacional na próxima quarta-feira

Sindicatos que representam policiais civis, federais, rodoviários federais e militares anunciaram uma paralisação das atividades em todo o país na próxima quarta-feira (21).

Organizado nacionalmente pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), em conjunto com a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF), o Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF), o Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF) e a Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), o ato pretende cobrar do governo federal e dos governos estaduais "uma política nacional de segurança pública voltada para defender os cidadãos e também melhorar as condições de trabalho da força policial".

Em nota, a Cobrapol disse que as entidades nacionais convocaram seus sindicatos filiados nos estados a realizarem assembleias locais ao longo desta semana e no começo da próxima. A paralisação, no caso da Polícia Civil, já teria a adesão de filiados na Bahia, Pará e Santa Catarina.

Na próxima quarta-feira, o objetivo dos sindicatos é realizar uma passeata até o Ministério da Justiça ou até a Praça dos Três Poderes, em Brasília.

As categorias reclamam da desvalorização da atividade policial e do sucateamento da segurança pública, entre outros.

Fonte: O Globo - 15/05/2014

Portal da CUT

Justiça Federal acolhe denúncia contra militares envolvidos no atentado do Riocentro 15/05/2014

Acusação do MPF por episódio de 1981 envolve cinco militares; entendimento é de que crimes contra a humanidade não prescrevem

Escrito por: Rede Brasil Atual

A Justiça Federal aceitou denúncia feita em fevereiro pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro contra seis pessoas por envolvimento no atentado ocorrido no Riocentro, em 30 de abril de 1981, durante um show em comemoração pelo Dia do Trabalho. A decisão, que saiu na terça-feira (13), envolve cinco militares: os generais reformados Nilton Cerqueira, Newton Cruz e Edson Sá Rocha, o major reformado Divany Carvalho Barros e o coronel reformado Wilson Machado, além do ex-delegado Cláudio Guerra. A juíza da 6ª Vara Federal Criminal, Ana Paula Vieira de Carvalho, considerou que os crimes denunciados pelo MPF não prescreveram – casos de tortura, homicídio e desaparecimento de pessoas cometidos por agentes do Estado representam crimes contra a humanidade, que, pelo princípio do Direito Internacional, são imprescritíveis.

O Judiciário determinou ao Exército que encaminhe as folhas de alterações (espécie de prontuários) dos denunciados e de testemunhas, em prazo máximo de dez dias. Eles respondem, no total, pelos crimes de homicídio doloso (duplamente qualificado por motivo torpe e uso de explosivo), associação criminosa armada, transporte de explosivo, favorecimento pessoal e fraude processual.

“A decisão, além de reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com as normas do Direito Internacional, reforça a compreensão disseminada na sociedade brasileira de que os crimes cometidos na época da ditadura militar devem ser punidos”, afirmam os procuradores do Grupo de Trabalho Justiça de Transição no MPF fluminense. “O Ministério Público Federal tem renovada confiança de que o Judiciário condenará os culpados.”

A Justiça acredita que o atentado faria parte “de uma série de crimes imputados a agentes do Estado no período da ditadura militar brasileira, com o objetivo de atacar a população civil e perseguir dissidentes políticos”. Os suspeitos, mesmo sendo militares, não estariam no exercício de sua atividade. “Tratava-se, na verdade, de funcionários públicos federais (...) deslocados da função”, diz a sentença.

As investigações do MPF duraram quase dois anos. Foram ouvidas 42 testemunhas. Além dos seis denunciados, os procuradores concluíram que havia outros nove envolvidos no episódio, que já morreram. Ainda segundo o Ministério Público, o atentado foi organizado “minuciosamente” desde um ano antes, com dois núcleos, um de planejamento e outro operacional, o “grupo secreto”.

O plano consistiria em colocar bombas no Riocentro durante o evento e culpar grupos de esquerda. Mas uma das bombas explodiu dentro de um carro onde estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu, e o então capitão Wilson Machado, que ficou seriamente ferido. O inquérito que se seguiu foi inconclusivo.

O MPF pede que Wilson Machado, Cláudio Guerra e Nilton Cerqueira (todos respondendo pelo crime de homicídio doloso tentado) sejam condenados a pelo menos 36 anos de reclusão. Para Newton Cruz (homicídio doloso tentado e favorecimento pessoal), o pedido é de ao menos 36 anos e meio. Para Sá Rocha (associação criminosa armada), dois anos e seis meses, e Divany (fraude processual), no mínimo um ano. A procuradoria também requer todos percam seus cargos públicos, com cancelamento de aposentadoria, perda de medalhas e condecorações obtidas, além de pagamento de uma indenização, por dano moral coletivo, no valor de R\$ 500 mil.

Rel-UITA - REGIONAL LATINOAMERICANA DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ALIMENTACIÓN, AGRÍCOLAS, HOTELES, RESTAURANTES, TABACO Y AFINES (UITA)

Brasil: Ministerio Público de Trabajo descubre trabajo esclavo en crucero MSC Magnifica

El infierno flotante.

Por Enildo Iglesias

Rebanadas de Realidad - Rel-UITA, Montevideo, 12/05/14.- Los lectores de La Rel están acostumbrados a recibir noticias que tienen como protagonista al Ministerio Público del Trabajo (MPT) de Brasil en las cuales mercedamente se destaca la actuación de los funcionarios de este organismo.

En esta oportunidad nos ocuparemos del caso de 11 trabajadores de un crucero de placer que fueron rescatados por el MPT de condiciones de trabajo análogas a la esclavitud.

Los trabajadores rescatados laboraban en el crucero MSC Magnifica, de la empresa italo-suiza MSC Crociere. Fundada como Flotta Lauro Lines en 1987, en 1989 fue adquirida por Mediterranean Shipping Company, pasando a llamarse StarLauro Crociere.

En 1995, la empresa cambió nuevamente de nombre debido a la pérdida de popularidad por los incendios que hundieron dos de sus buques, fue entonces cuando nació MSC Crociere.

Actualmente, es la cuarta mayor operadora de cruceros en el mundo y la segunda en Europa.

No todo es claro en MSC. Pese a que se autodefine como una empresa de espíritu italiano, todos sus barcos están registrados en Panamá y poseen bandera de conveniencia, mientras que su sede fiscal está en Ginebra (Suiza).

Por su parte el MSC Magnifica tiene capacidad para 2.518 pasajeros a cuyo servicio se encuentran 1.038 tripulantes.

Condiciones degradantes: Asedio sexual, moral y humillaciones constantes

La fiscalización ocurrió el pasado 1º de abril cuando la embarcación se encontraba en el Puerto de Salvador (Bahía), pero la investigación había comenzado en el Puerto de Santos (São Paulo).

Los tripulantes sufrían constantemente asedio sexual y moral, trabajos penosos, humillaciones y sanciones y realizaban jornadas de hasta 16 horas.

Los contratos de trabajo eran firmados en base a un acuerdo internacional, lo que en opinión de los funcionarios del MPT de Bahía es irregular.

Según los funcionarios, los brasileños contratados y prestando servicio en el país están sometidos a la Consolidación de las Leyes de Trabajo (CLT), nombre con el que se designa el código de trabajo brasileño.

El operativo contó también con la participación del Ministerio de Trabajo, la Defensoría Pública de la Unión, la Secretaría Nacional de Derechos Humanos y la Policía Federal.

Luego del rescate dieron comienzo las negociaciones con la transnacional y sus subsidiarias sin que se registrara ningún avance. MSC se niega a reconocer la condición degradante del trabajo y cubrir los gastos de hospedaje y traslado de los trabajadores a sus ciudades de origen.

Anderson Matsuura, integrante del grupo de trabajadores rescatados, declaró que "llegué a trabajar hasta las tres y media de la madrugada pese a que retomaba el turno a las siete de la mañana. Esto sin un día de descanso durante meses".

Por su parte, Eduardo Sobral cuenta que para ingresar a trabajar tuvo que pagar un curso.

"La empresa que nos reclutó le cobraba casi 5.000 reales (2.200 dólares) a cada uno de nosotros para ser admitidos. Tuvimos que pedir prestado y luego a bordo, pese al exceso de trabajo y las humillaciones, teníamos que soportar callados para pagar lo que quedamos debiendo al banco o a la familia".

Sobral dejó la embarcación junto a su esposa Vania, ambos trabajaban en el sector de bufé.

Caos jurídico: La necesidad de ratificar el Convenio 2006 de la OIT

Según el procurador del trabajo Rafael García, la empresa les impone a los tripulantes un caos jurídico, infringiendo tratados internacionales, la Constitución y la ya mencionada CLT.

"Los tripulantes trabajaban hasta 16 horas en horarios fraccionados y sufrían toda clase de presiones y malos tratos. Esto cuando la nave todavía estaba en aguas territoriales brasileñas, hay que imaginarse lo que ocurrirá ahora que partió para Europa".

Los sindicatos del sector le están reclamando al gobierno brasileño la ratificación del Convenio 2006 sobre trabajo marítimo de la OIT, que entró en vigencia el pasado año.

Según estas organizaciones, son cerca de 10.000 los trabajadores brasileños que embarcan y trabajan en naves de crucero y otras que transitan a lo largo de la costa y puertos del país.

Fuente: MPT

Agência Brasil, 15/05/14

Turquia: sindicatos decretaron greve em solidariedade aos mineiros

Da Agência Lusa

A explosão ocorrida na terça-feira (13) em uma mina da Turquia, que fez pelo menos 282 mortos desencadeou greves e manifestações contra o governo que estão sendo reprimidas hoje (15) pelas forças policiais.

A polícia antimotim disparou nesta quinta-feira granadas de gás lacrimogêneo em Izmir, no Sudoeste da Turquia, para dispersar uma manifestação com cerca de 20 mil pessoas. O protesto era contra a "negligência governamental" na mais grave catástrofe industrial da Turquia.

Na capital do país, Ancara, a polícia disparou granadas de gás lacrimogêneo e usou canhões de água para dispersar 200 pessoas que protestavam na Praça Kizilay, no centro da cidade. Um cartaz segurado por um sindicalista que pedia a demissão do governo dizia: "Isso não foi nem um acidente nem fruto do destino. Isso foi um massacre".

Uma série de manifestações de solidariedade com os mineiros e contra o governo foram registradas em várias cidades do país. Quatro sindicatos decretaram greve em toda Turquia em homenagem aos mortos na mina de carvão de Soma, situada a cerca de 100 quilômetros no norte de Izmir.

Os manifestantes acusam o governo de ter ignorado os constantes apelos e avisos sobre a insegurança nas minas turcas, o que provocou as manifestações e os protestos que acontecem desde terça-feira (13). Nesta última madrugada, as equipes de socorro retiraram da mina mais nove cadáveres.

Fotografias e imagens televisivas divulgadas hoje, mostram um dos conselheiros do primeiro-ministro turco, que visitou Soma na quarta-feira (14), dar pontapé em um manifestante que estava no chão depois de ter sido derrubado pela polícia.

O presidente turco, Abdullah Gul, está no local da tragédia, rodeado por fortes medidas de segurança. Os parentes das vítimas estão retirando os corpos dos mineiros que se encontram depositados desde terça-feira numa morgue (necrotério) improvisada a poucos quilômetros de Soma.

De acordo com a imprensa turca, há três semanas o parlamento recusou-se a constituir uma comissão de avaliação da situação das minas na Turquia. A proposta foi feita pelos três partidos da oposição, mas acabou recusada pelo partido do governo, que tem maioria na Casa.

O ministro do Trabalho afirmou que a mina de Soma foi alvo de uma inspeção em março, quando não foi detectada qualquer irregularidade. A procuradoria turca instaurou um inquérito judicial sobre o incidente.

Os desastres nas minas são frequentes na Turquia, em particular, nas explorações do setor privado, onde as regras de segurança não são respeitadas.

Pátria Latina

O filho do vice-presidente dos EUA, novo diretor de uma empresa petroleira ucraniana.

Ucrânia - Diário Liberdade - Burisma Holdings, o produtor privado maior de gás na Ucrânia, expandiu sua junta diretiva incorporando Robert Hunter Biden como seu novo diretor.

Segundo informações de agência, Robert Hunter Biden, filho do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, estará a cargo da unidade jurídica de Holdings e proporcionará apoio para a companhia junto das organizações internacionais.

Sobre a sua nova atribuição, Hunter Biden comentou: "A trajetória de inovações e liderança da indústria no campo de gás natural significa que pode ser um forte impulsor de uma economia forte na Ucrânia. Como um novo membro da junta, acho que a minha assistência em consultas à empresa sobre temas de transparência, governo corporativo e responsabilidade, expansão internacional e outras prioridades contribuirão para a economia e beneficiará o povo da Ucrânia" (sic).

O presidente da junta diretiva de Burisma Holdings, Alan Apter, indicou que "a estratégia da empresa é dirigida à concentração mais forte de pessoal profissional e à introdução de melhores práticas corporativas, por isso estamos contentes de que o senhor Biden se junte a nós para nos ajudar a alcançar estas metas".

Robert Hunter Biden é assessor de Boies, Schiller & Flexner LLP, um escritório jurídico localizado em Nova York, EUA, que serviu em casos como "George Bush contra Al Gore", e "EUA contra Microsoft". Ele é também um dos co-fundadores e sócio gerente da empresa de assessoria de investimento Rosemont Seneca Partners, assim como presidente da junta de Rosemont Seneca Advisers. É ainda professor da Universidade de Georgetown, adscrito à Escola de Serviço Exterior.

Burisma Holdings é uma empresa privada de petróleo e gás com ativos na Ucrânia e opera no mercado energético desde 2002. Até hoje, a companhia mantém um portfólio com permissões para desenvolver jazigos nas bacias do Dnieper-Donets, os Cárpatos e de Azov-Kuban.

Em 2013, a produção diária de gás cresceu constantemente e no fim do exercício chegou a 11.6 mil barris de petróleo equivalente -incluindo gás, condensado e petróleo crude- ou 1.8 milhões de m3 de gás natural. A companhia vende estes volumes no mercado interno através de empresas, assim como também diretamente ao consumidor final.

Com Aporrea.

Organizado por Ernesto Germano